


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0007932-39.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Custas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 05/12/2013 11:23:17 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**MASSA FALIDA DE SANTA URSULA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA** opôs embargos à execução fiscal que lhe moveu a **FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** postulando (a) o condicionamento da cobrança dos juros e correção monetária, após a decretação da quebra, à existência de ativos da massa por ocasião da realização do passivo (b) a exclusão da multa moratória.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls. 34) e o embargado, em impugnação (fls. 37/38) concorda com o pedido.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da Lei nº 6.830/80, pois a matéria controvertida dispensa a produção de outras provas.

1- Os juros moratórios são incluídos até a data da quebra, e os supervenientes, apenas se a massa os comportar, art. 26 DL nº 7661/65.

2- A multa moratória e a multa administrativa não podem ser reclamadas na falência, conforme preceituam as Súmulas nº 192 e 565 do Supremo Tribunal Federal (cf. TJSP - AC nº 25.983-4 - 10ª C. D. Priv. - Rel. Des. Márcio Marcondes Machado - J. 25.03.1997).

3- A atualização monetária é devida pois trata-se de mero mecanismo de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

recomposição da moeda.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** os embargos à execução para excluir da execução a multa moratória declarar que os juros moratórios incidentes após a data da quebra somente poderão ser cobrados se a massa os comportar; sem condenação da embargada em verbas sucumbenciais, pois não ofereceu qualquer resistência ao pedido.

*Por fim, defiro à embargante, neste processo e na execução fiscal, a AJG, ante a insolvência comprovada. Anote-se em ambos.*

**P.R.I.**

São Carlos, 21 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**